

RECENSÃO

LUIS ALBERTO DE BONI, *Filosofia Medieval. Textos*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000. 418 p. (Coleção Filosofia)

Dedicando-se desde há mais de 20 anos à docência e investigação em Filosofia Medieval, Luis A. De Boni traz a público a obra em epígrafe no intuito de contribuir para preencher as carências de edições de textos filosóficos pertencentes ao designado período medieval e de os tornar acessíveis, sobretudo, aos alunos. O autor justifica a presente antologia por uma exigência pragmática que insere em contexto histórico: a cada vez mais diminuta existência de leitores familiarizados com o idioma de Cícero, mormente entre os discentes das Licenciaturas de Filosofia.

Como introdução a esta sua obra, De Boni tece um conjunto fecundo de considerações acerca do estatuto da Filosofia Medieval, percorrendo, em síntese feliz, o destino do pensamento ocidental entre os séculos IV e XX da nossa era, quer em termos de produção filosófica, quer no que se refere à pervivência dos textos e da valorização do seu conteúdo no seio das instituições académicas. De Boni identifica, ainda, algumas das causas do descrédito, actualmente vigente em alguns meios científicos, em torno do pensamento produzido no período que, de forma cómoda mas não incontestada, se costuma designar por Idade Média. A fecundidade deste diagnóstico deriva, com efeito, da análise que De Boni elabora sobre a conjuntura histórica em que se enquadra a produção filosófica medieval, nomeadamente a referente ao período escolástico, e das linhas de rumo traçadas pelo seu ulterior desenvolvimento.

Alertando para os indícios de uma nova atitude cultural ante a medievalidade – e apontando, entre as causas explicativas para o fenómeno, a progressiva desvinculação entre pensamento medieval e labor apologético, bem como o implemento da crítica textual que se verifica desde os meados do século XIX – De Boni sublinha a urgente necessidade de disponibilizar textos em língua vernácula e de implementar o estudo deles nas instituições competentes, sob pena de se continuar a alimentar a lacuna cultural, vigente durante cerca de 400 anos, nos quais se acreditou “ que a Idade Média era um estágio definitivamente ultrapassado da história da humanidade ” (p. 11).

Redigindo a sua nota introdutória com a liberdade de espírito e a competência científica que o caracterizam, Luis A. de Boni obriga a reflectir sobre o atraso cultural de uma comunidade científica – e da civilização que ela constrói – que

ignore mais de catorze séculos de cultura produzida à escala cósmica e não apenas no mundo ocidental. Neste sentido, o autor apela à responsabilidade daqueles a quem a comunidade confiou o cargo de produzir cultura, no sentido de implementarem estudos que permitam o acesso de um público cada vez mais amplo à fecundidade do pensamento medieval e à compreensão do seu forte influxo na mentalidade hodierna.

Como o autor explicitamente afirma, a presente obra tem um carácter marcadamente didáctico. Resultando do trabalho docente, ela dirige-se prioritariamente aos alunos, emergindo de uma comprovação de facto: “ninguém mais lê latim” (p. 29). Fazendo notar que não é a primeira vez que, na história da civilização ocidental, um idioma “se extingue”, dado que o mesmo sucedeu com o grego ante a expansão do Império Romano, De Boni acrescenta: “Estamos de volta a uma situação semelhante à dos medievais: eles precisaram de traduzir do grego (e do árabe) para o latim; nós precisamos de traduzir do latim para as línguas modernas” (p. 30).

A obra em apreço percorre um conjunto, amplo e significativo, de textos de autores que se situam entre os séculos IV e XV, apresentando-os por ordem cronológica. Por seu turno, a selecção de cada conjunto de excertos é antecedida por uma breve notícia biográfica sobre o respectivo autor, tornando possível, de modo quase fotográfico, inserir ambos, texto e autor, em contexto histórico. A esta notícia acrescenta-se, ainda, uma bibliografia sumária, onde é visível o critério de selecção: apresentar fontes e estudos em versões de fácil acesso para a comunidade lusófona (edições brasileiras ou portuguesas, espanholas ou italianas). O autor, poliglota, indica sempre, em nota de pé de página, a edição de que parte para a tradução. Na maioria dos casos segue a edição latina mas tal facto nem sempre se verifica. A título de exemplo, para autores como Al-Farabi, De Boni transcreve a versão brasileira (J. I. Iskandar, Porto Alegre, 1999); para Avicena, traduz da versão francesa (M. Achená e H. Masse, Paris, 1955) e, no caso de Averróis, fá-lo a partir da edição castelhana (Cruz Hernandez, Madrid, 1989).

Percorrendo um amplo elenco de textos que contempla autores como Aurélio Agostinho, Severino Boécio, Pseudo-Dionísio, João Escoto Eriúgena, Al-Farabi, Avicena, Pedro Abelardo, João de Salsburgo, Averróis, Roberto Grosseteste, Alberto Magno, Boaventura, Tomás de Aquino, Roger Bacon, Boécio de Dácia, Eckart, Duns Scoto, Marsílio de Pádua, Ockam, Nicolau de Autrecourt e Nicolau de Cusa, esta antologia constitui-se como um guia que permite, a um público não especializado, um primeiro contacto com textos e autores que constituíram um marco no período da história do pensamento filosófico que ela contempla. A antologia disponibiliza, ainda, uma tradução das 219 teses correspondentes às condenações de Paris, em 1277 (p. 271-294), seguindo o elenco proposto por P. Mandonnet em *Siger de Brabant et l'averroïsme latin au XIIIe. Siècle* (Louvain, 1901-1908, 2 v.).

De Boni lamenta não ter ordenado tematicamente a sua antologia. De facto, registando a diversidade de estilos – expositivo, epistolar, dialógico ou, no caso de alguns textos do período escolástico, a típica formulação em *quaestiones* – os trechos que se podem ler na obra em epígrafe abarcam temas tão diversos como a

natureza da alma, o desejo e conquista da felicidade, a natureza e o conhecimento de Deus ou mesmo questões inscritas no âmbito da lógica, da ética ou da filosofia política. Não obstante correr o risco de produzir uma certa dispersão do espírito, esta amplitude temática revela, por um lado, a fecundidade dos textos e a vivacidade do contexto histórico em que se inserem e, por outro, a actualidade das inquietações filosóficas dos autores glosados. A título de exemplo, vejam-se as transcrições de texto do comentário de Averróis à República de Platão, onde se pode ler uma reflexão do Comentador sobre a condição feminina (p. 160); de R. Grosseteste, que De Boni traduz da de início do século passado (ed. Baur, Münster, 1912), os trechos sobre a refração e reflexão da luz (p. 164-170); de R. Bacon, no seu *Opus Mayus*, as considerações sobre a ciência experimental e suas prerrogativas (p. 195-202: trad. de Carlos Arthur do Nascimento); de Marsílio de Pádua, os trechos de filosofia política e do direito, retirados do seu *Defensor da Paz* (p. 322-341: trad. José António de Souza); enfim, de G. de Ockham, os paradigmáticos textos sobre lógica dos termos e a questão da *suppositio* (p. 344-380: trad. Fernando Pio de Almeida, Porto Alegre, 1999). Uma análise desta breve seriação permite concluir que, no que se refere ao trabalho de tradução, a antologia resulta de um trabalho conjunto, no qual intervêm de modo directo outros autores ou, indirectamente, através da concessão de direitos de reprodução de texto já publicado. No seu conjunto, e não obstante a diversidade de autores, os textos primam por um labor literário cuidado e pela clareza de redacção.

Tratando-se de uma obra de carácter didáctico, a tradução não se faz acompanhar pela versão original. Poder-se-á compreender este facto considerando a eventual divergência da realidade do ensino universitário da Filosofia no Brasil, quando comparada com a portuguesa. Todavia, em nosso entender, a consciência da necessidade de encontrar, para o período medieval, edições em línguas modernas acessíveis a um vasto público, não obsta a que nelas se reproduza o texto latino de cuja versão se parte. Com efeito, para a sobrevivência e aprofundamento do pensamento medieval, é indispensável o contacto com a versão original dos textos que o veiculam. Nesta medida, cremos que o desafio que supõe a preparação de uma edição bilingue, quer em termos de investimento de investigação, quer de integração no mercado, pode incluir-se entre aquelas medidas de implementação do estudo do medievo, permitindo, a quem o queira e possa fazer, o confronto com o texto original e, a quem encontre nessa impossibilidade uma limitação real, a disposição para o estudo do latim, coagindo, deste modo, as instituições académicas a viabilizarem uma tal aprendizagem.

O apelo à leitura do texto integral, o desafio a que se accionem meios capazes de revitalizar o estudo dos textos e do pensamento por eles veiculado no amplo período a que se reporta a presente antologia, o enquadramento de um vasto conjunto de textos e autores na sua época, a consciência da actualidade das temáticas seleccionadas, tornando vivo um passado de que, por ignorância, o público hodierno facilmente se alheia, constituem virtudes fundamentais da obra em epígrafe.

Paula Oliveira e Silva